

# Sumário

<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b> .....	XI
<b>Prefácio</b> .....	XV
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I – Aspectos técnicos relacionados à IA e diagnóstico de implantação na Administração Pública</b> .....	13
1.1 Definição de IA .....	14
1.2 Modalidades: IA Forte e IA Fraca .....	17
1.3 Tipos de Aprendizagem de Máquina .....	21
1.4 Principais domínios de aplicação .....	24
1.5 Diagnóstico do TCU sobre situação atual e perspectivas da adoção da IA.....	27
<b>Capítulo II – Da problemática ética relacionada à tecnologia e à IA</b> .....	33
2.1 A ideologia do progresso técnico: da redenção à destruição da humanidade.....	33
2.2 Problemas éticos relacionados à adoção da IA pela Administração Pública .....	46
2.2.1 Ditadura Algorítmica, em prejuízo da privacidade e autodeterminação informacional .....	49
2.2.2 Algoritmos opacos de IA .....	51
2.2.3 Substituição da subjetividade do gestor pela “subjetividade” do robô .....	52
2.2.4 Vieses algorítmicos (bias) .....	55

2.2.5 Falta de transparência e impedimento ou dificuldade de acesso a dados públicos .....	57
2.3 Solução: Ética como principal instrumento norteador da regulação de IA .....	59
<b>Capítulo III – Direito, ética e o princípio da moralidade administrativa .....</b>	<b>65</b>
3.1 A relação entre moral e direito .....	66
3.2 Análise administrativo-constitucional do princípio da moralidade administrativa .....	72
3.2.1 Previsão constitucional do princípio da moralidade administrativa .....	72
3.2.2 Da construção de normas a partir do exercício de interpretação constitucional por órgãos e entes da Administração Pública.....	81
3.3 Como regular e regulamentar a IA na Administração Pública .....	84
3.3.1 Modelos regulatórios de IA .....	84
3.3.2 Hetero e autorregulação pública dos aspectos ético-jurídicos da IA .....	92
3.3.3 Diretrizes para a regulamentação da IA: subjetividades incidentes.....	96
3.3.3.1 Liberdade conformadora ou configuradora para regulamentação da adoção de IA.....	97
3.3.3.2 Margem de livre apreciação do princípio da moralidade administrativa .....	102
3.3.4 Análise do PL de IA apresentado pela CJSUBIA.....	110
<b>Capítulo IV – Proposta de diretrizes para construção de normas ético-jurídicas relativas ao design e uso de IA...</b>	<b>119</b>
4.1 Referências de parâmetros éticos para IA.....	119
4.1.1 As Três Leis da Robótica de Isaac Asimov.....	119

4.1.2 Os Princípios sobre IA da OCDE e a Declaração do G20 sobre Princípios para IA Centrada nos Humanos....	121
4.1.3 Diretrizes de Ética para IA Confiável da União Europeia .....	125
4.1.4 Referências nacionais de princípios reitores da IA .....	134
4.2 Proposta de diretrizes para regulação da IA na Administração Pública .....	136
4.2.1 Excelência mediante o uso de IA .....	137
4.2.2 Centralidade do ser humano .....	142
4.2.3 Segurança e Precaução no uso de sistemas inteligentes.....	146
4.2.4 Controle e Supervisão por seres humanos .....	151
4.2.5 Explicabilidade e Revisibilidade das decisões automatizadas.....	154
4.2.6 Correção de vieses algorítmicos .....	157
4.2.7 Transparência e Disponibilidade de dados públicos.....	159
4.2.8 Privacidade e Segurança da Informação .....	162
4.2.9 Responsabilidade pelo adequado funcionamento....	165
4.3 Considerações finais.....	167
<b>Conclusões.....</b>	<b>171</b>
<b>Referências .....</b>	<b>183</b>